



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI Nº 47 /2008

Handwritten signature

	ATA
EXPEDIENTE / /2008	
ACEITO EM / /2008	
APROVADO EM / /2008	
REJEITADO EM / /2008	
ARQUIVO	

PROTOCOLADO SOB Nº 835 /2008

EM 09 / 04 / 2008

Cria, no Município do Rio Grande, o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações - PURAE.

Art. 1º Cria, no Município do Rio Grande, o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações - PURAE, com o objetivo de instituir medidas que induzam à conservação, ao uso racional e à utilização de fontes alternativas para captação de água nas novas edificações cuja área construída seja superior a 960 metros quadrados, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

I - Conservação e Uso Racional da Água - conjunto de ações que propiciem a economia de água e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações;

II - Desperdício Quantitativo de Água - volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo;

III - Utilização de Fontes Alternativas - conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o Sistema Público de Abastecimento;

IV - Água Residuária - líquido que contém resíduo de atividade humana (NBR 7229);

V - Reúso Local de esgoto tratado - utilização local do esgoto tratado para diversas finalidades, exceto para o consumo humano (NBR 13969);

VI - Bacia Sanitária - aparelho sanitário destinado a receber exclusivamente dejetos humanos (NBR 8160).

Art. 3º O projeto arquitetônico e/ou hidrossanitário das edificações previstas no art.1.º compreenderá as seguintes ações de Uso Racional e de Conservação da Água:

I - os sistemas hidráulico-sanitários serão projetados visando ao conforto e segurança dos usuários, bem como a sustentabilidade dos recursos hídricos;

II - utilização de aparelhos e dispositivos economizadores de água;

III - nas edificações em condomínio serão instalados hidrômetros para medição individualizada do volume de água gasto por unidade;

IV - a tubulação predial destinada a abastecer água potável deverá ser devidamente identificada;

V - a tubulação predial destinada às águas de reúso local deverá ser devidamente identificada, sendo recomendado o emprego de corantes nestas águas, para sua melhor identificação.

Art. 4º As ações de Utilização de Fontes Alternativas compreendem a captação, armazenamento e utilização de água proveniente das chuvas.

Art. 5º A água das chuvas será captada na cobertura das edificações e encaminhada, através de tubulação própria convenientemente identificada, a uma cisterna ou tanque, para ser utilizada na descarga das bacias sanitárias e reserva de sistemas de prevenção e combate a incêndios, sendo que apenas após tal utilização serão descarregadas na rede pública de esgotos.



VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI Nº 47 /2008

Handwritten signature and date: 15.04

			ATA
EXPEDIENTE	/	/2008	
ACEITO EM	/	/2008	
APROVADO EM	/	/2008	
REJEITADO EM	/	/2008	
ARQUIVO			

PROTOCOLADO SOB Nº 835 /2008

EM 09 / 04 / 2008

Parágrafo Único. As águas para reúso em descarga de bacias sanitárias devem atender aos índices estabelecidos na NBR13969, devendo receber tratamento mínimo de filtração e desinfecção.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.
Rio Grande, 25 de março de 2008.

6º

Dr. **Júlio César P. da Silva**
Vereador do PMDB
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça,
Serviços Públicos, Infra-estrutura e Cidadania.

JUSTIFICATIVA: O presente projeto de lei trata da criação, em nosso Município, do Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações - PURAE - que visa a otimizar o uso da água através da racionalização, conservação e utilização de fontes alternativas para abastecimento de água em edificações. A utilização da água de chuvas ou servidas, captadas na cobertura das edificações, deve ser devidamente armazenada de modo que se encontre em condições para uso em atividades como: rega de jardins e hortas, lavagem de roupas, lavagem de veículos e vidros, calçadas e pisos. Para tanto, recorremos à experiência da Cidade de Curitiba, que vem adotando tal programa.

A racionalização e o uso adequado da água se justifica no próximo impacto ambiental que é reservado à humanidade. A saber: de cada 100 gotas de água no planeta, 97 estão nos oceanos e as outras três se encontram em forma de nuvens, neve ou gelo, ou estão na superfície da terra ou no subsolo. É pouca água doce para um planeta cuja população cresce desordenadamente. Num futuro próximo, países estarão brigando pelo controle de rios e mananciais hídricos. A água será então fonte de guerras, tal como ocorreu com o petróleo.

Considerando-se a existência de 10,7 milhões de quilômetros cúbicos de água doce passíveis de exploração, e que a média anual para o consumo doméstico é de 8% daquele total, teríamos disponível tão-somente 856 mil quilômetros cúbicos de água para o consumo humano. É pouca quantidade e mostra o quadro de escassez em todo o planeta. Essa escassez já indica o caminho do lucro a grandes grupos empresariais, especialmente da França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos, que controlam o abastecimento em vários países do mundo. (Fonte: Manual Consumo Sustentável - Água. Ministério Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos, 2005).



VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI Nº 47 /2008

Hs. 031
RF

EXPEDIENTE	/	/2008	ATA
ACEITO EM	/	/2008	_____
APROVADO EM	/	/2008	_____
REJEITADO EM	/	/2008	_____
ARQUIVO			_____

PROTOCOLADO SOB Nº 835 /2008

EM 09 / 04 / 2008

No mundo inteiro, o quadro de escassez e mau uso da água é causado pela combinação de crescimento populacional exagerado, devastação de florestas e meio ambiente e inexistência de reservas naturais.

Poucos são os países onde as reservas são administradas de forma eficiente e responsável. É uma situação alarmante, uma vez que água de má qualidade pode ser fatal. A cada ano, as doenças provocadas pela água causam 3 milhões de mortes no mundo, crianças na maioria; a cada oito segundos morre uma criança por doença relacionada à água, como disenteria e cólera.

Apesar disso, pouco se faz para resolver o problema de saneamento, especialmente junto às populações de baixa renda. Dos 5,4 bilhões de habitantes do planeta, mais de 1,4 bilhão não dispõe de água potável de boa qualidade e mais de 1,7 bilhão não conta com instalações sanitárias decentes. Um estudo da Organização Mundial da Saúde mostra que cada dólar investido em saneamento economiza 4 dólares em leitos hospitalares necessários ao atendimento de doenças relacionadas à água. (Fonte: Artigo Água: Bem Imprescindível. Sindicato dos Trabalhadores da Água e Esgoto de Santa Catarina - SINTAE - 2005).

Por tudo isso, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) adota diretriz, segundo a qual, “a não ser que haja grande indisponibilidade, nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior”.

No Brasil, o potencial de recursos hídricos significa 53% da reserva da América do Sul e 12% do total mundial, incluindo aí dois terços de um manancial subterrâneo que passa pelos países do Mercosul, com extensão superior à Inglaterra, França e Espanha juntas. Só na região amazônica encontram-se dez dos 20 maiores rios do mundo.

Também em nosso País, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, considera “que o reuso da água constitui-se em prática de racionalização e de conservação de recursos hídricos, conforme princípios estabelecidos na Agenda 21, podendo tal prática ser utilizada como instrumento para regular a oferta e a demanda de recursos hídricos”. Nesse sentido, tem sido debatido e elaborado o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDA), do Governo Federal, hoje desenvolvido pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

Nesse contexto, entendemos que Rio Grande pode antecipar-se às inevitáveis ações quanto ao uso racional da água, tornando-se uma das cidades pioneiras no respeito à água: bem público inalienável.

[Handwritten signature]



VISTO

Presidente



A mais antiga do Estado
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº 835/2008

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)

KAMELO

- (X) Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.
() Não Requerido o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.

Deliberou a Comissão de:

- (X) Enviar ao Consultor Jurídico.
() Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 16 de Abril de 2008

[Assinatura]
Presidente da Comissão

PARECER JURÍDICO

Nº 125/08

- () Em anexo
(X) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 07 de Maio de 2008

[Assinatura]
Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a):

- (X) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.
() Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.
() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 12 de Maio de 2008

[Assinatura]
Relator(a)





A mais antiga do Estado
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS,
INFRA-ESTRUTURA E CIDADANIA.

PARECER

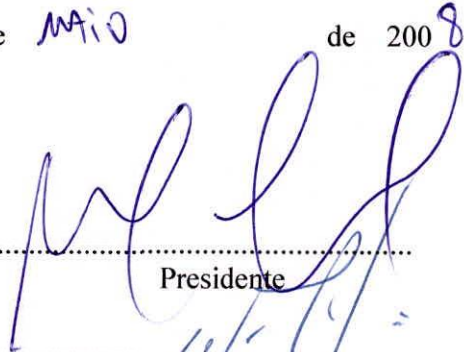
PROCESSO.....^{835/2008}

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara **não haver** impedimento a sua tramitação.

- ☒ INCONSTITUCIONAL
- ☐ ANTIJURÍDICO
- ☐ ANTIREGIMENTAL
- ☐ INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

Este é o parecer desta Comissão.

Sala das Comissões, ¹² de ^{MAIO} de 200⁸.


.....
Presidente


.....
Vice-Presidente


.....
Secretário

.....
Membro





Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI

CRIA, NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, O PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DA ÁGUA NAS EDIFICAÇÕES - PURAE.

Art. 1º Cria, no Município do Rio Grande, o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações – PURAE, com o objetivo de instituir medidas que induzam à conservação, ao uso racional e à utilização de fontes alternativas para captação de água nas novas edificações cuja área construída seja superior a 960 metros quadrados, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

- I- Conservação e uso racional da água – conjunto de ações que propiciem a economia de água e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações;
- II- Desperdício quantitativo de água – volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo;
- III- Utilização de fontes alternativas- conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o Sistema Público de Abastecimento;
- IV- Água residuária – líquido que contém resíduo de atividade humana (NBR 7229);
- V- Reuso local de esgoto tratado- utilização local do esgoto tratado para diversas finalidades, exceto para o consumo humano (NBR 13969);
- VI- Bacia sanitária- aparelho sanitário destinado a receber exclusivamente dejetos humanos (NBR 8160).

Art. 3º O projeto arquitetônico e/ou hidrossanitário das edificações previstas no Art. 1º compreenderá as seguintes ações de Uso Racional e de Conservação de Água:

- I- Os sistemas hidráulico-sanitários serão projetados visando ao conforto e segurança dos usuários, bem como a sustentabilidade dos recursos hídricos;
- II- Utilização de aparelhos e dispositivos economizadores de água;
- III- Nas edificações em condomínio serão instalados hidrômetros para medição individualizada do volume de água gasto por unidade;
- IV- A tubulação predial destinada a abastecer água potável deverá ser devidamente identificada;
- V- A tubulação predial destinada às águas de reúso local deverá ser devidamente identificada, sendo recomendado o emprego de corantes nestas águas, para sua melhor identificação.



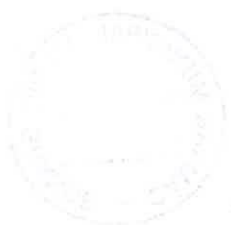
Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Art. 4º As ações de utilização de fontes alternativas compreendem a captação, armazenamento e utilização de água proveniente das chuvas.

Art. 5º A água das chuvas será captada na cobertura das edificações e encaminhada, através de tubulação própria convenientemente identificada, a uma cisterna ou tanque, para ser utilizada na descarga das bacias sanitárias e reserva de sistemas de prevenção e combate a incêndios, sendo que apenas após tal utilização serão descarregadas na rede pública de esgotos.

Paragrafo único- as águas para reúso em descarga de bacias sanitárias devem atender aos índices estabelecidos na NBR 13969, devendo receber tratamento mínimo de filtração e desinfecção.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação.





Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Ofício nº 0063/17
Proc.835/2008

Rio Grande, 15 de fevereiro de 2017.

Ao Exmo. Sr.
Alexandre Duarte Lindenmeyer
Prefeito Municipal
Nesta

Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 047/08 em anexo, para sua devida apreciação, aprovado no dia de hoje.

Atenciosamente,

Ver. José Claudino Alves Saraiva - Charles Saraiva
Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

Anexo: Cria, no Município do Rio Grande, o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações- PURAE.



Paula p/H Bessels
Kamela

ATA Nº

PROCESSO Nº

VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	DELAMAR CORREA MIRAPALHETA	—		
2	RENATO ESPÍNDOLA ALBUQUERQUE	✓		
3	GIOVANI BASTOS MORALLES	—		
4	THIAGO PIRES GONÇALVES	✓		
5	CARLOS FIALHO MATTOS	✓		
6	ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER	✓		
7	CLAUDIO JOSÉ CARDOSO COSTA	—		
8	JOSÉ ANTONIO DA SILVA	✓		
9	ANGELO FERNANDO SILVA RIBEIRO	✓		
10	LUCIANE AZEVEDO COMPIANI	✓		
11	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
12	PAULO RENATO MATTOS GOMES	✓		
13	WILSON BATISTA DUARTE SILVA	✓		
	RESULTADO:	<i>aprovada a pauta 10</i>		

DATA: *09.02.09*

SECRETÁRIO



Pauta 4 sessões
Júlio Martins

ATA Nº 8300

PROCESSO Nº 835/08

VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	DELAMAR CORREA MIRAPALHETA	—		
2	RENATO ESPÍNDOLA ALBUQUERQUE	✓		
3	GIOVANI BASTOS MORALLES	✓		
4	THIAGO PIRES GONÇALVES	✓		
5	CARLOS FIALHO MATTOS	—		
6	ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER	✓		
7	CLAUDIO JOSÉ CARDOSO COSTA	✓		
8	JOSÉ ANTONIO DA SILVA	✓		
9	JÚLIO CÉZAR JORGE MARTINS	✓		
10	LUCIANE AZEVEDO COMPIANI	✓		
11	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
12	PAULO RENATO MATTOS GOMES	✓		
13	WILSON BATISTA DUARTE SILVA	✓		
	RESULTADO: aprovada a pauta	11		

DATA: 18.08.09

SECRETÁRIO



Ata nº

9714.

Processo nº

835/08

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	CHARLES SARAIVA			
2	JOSÉ ANTONIO SILVA			
3	GIOVANI BASTOS MORALLES			
4	ANDRÉ MORAES DE SÁ			
5	FILIPPE DE OLIVEIRA BRANCO	✓		
6	ANDRÉ LEMES DA SILVA	✓		
7	ANDRÉA DUTRA WESTPHAL			
8	BENITO DE OLIVEIRA GONÇALVES	✓		
9	CLÁUDIO JOSÉ CARDOSO COSTA	✓		
10	CLÁUDIO LUIS SILVA DE LIMA	✓		
11	DENISE RODRIGUES MARQUES	✓		
12	FLAVIO VELEDA MACIEL Flavio Maciel	✓		
13	IVAIR DOMINGOS PEREIRA SOUZA	✓		
14	JAIR RIZZO FERREIRA			
15	JOÃO DUTRA JÚLIO	✓		
16	JULIAN RAFAEL CERONI DA GRAÇA			
17	JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA	✓		
18	LAURA TAIS MACHADO FAGUNDES	✓		
19	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
20	PAULO ROGERIO MATTOS GOMES	✓		
21	ROVAM SIMÕES GONÇALVES DE CASTRO	✓		
RESULTADO:		44		

DATA: 13/02/2017

ASSESSORA JURÍDICA DE PLENÁRIO

